



# Quinzena de luta do movimento operário

## GREVE DOS CAMINHONEIROS

Apesar de quase ter paralisado o país, ter causado prejuízos para alguns setores patronais (segundo a imprensa burguesa, só no setor agrícola foram mais de R\$100 milhões) e de ter se utilizado de métodos radicalizados e próprios da classe operária (piquetes, bloqueios e enfrentamento com a polícia), a greve dos caminhoneiros, decretada no final do mês de julho e que durou apenas alguns dias, não conseguiu vencer e impor as reivindicações. A direção do movimento fez um acordo com o governo ao redor do adiamento do aumento do preço do diesel, suspensão dos reajustes dos pedágios (já contestado judicialmente) e envio ao Congresso de um projeto de lei sobre as punições e multas. Ou seja, nenhuma medida definitiva e nenhuma conquista.

O movimento dos caminhoneiros expressou as reivindicações dos mais de 300 mil pequenos proprietários de caminhões e dos capitalistas donos de frotas e exploradores da mão-de-obra de outros milhares de motoristas. Dessa forma, exigiam: 1 - redução das tarifas de pedágios, 2 - criação de tarifas para os fretes baseadas em planilhas de custos, 3 - isenção de impostos na compra de caminhões novos, 4 - mudança da Lei do trânsito, 5 - mudança do sistema de pesagem nas balanças rodoviárias, 6 - suspensão do aumento do óleo diesel e, finalmente, regulamentação da aposentadoria para os caminhoneiros aos 25 anos. Essas reivindicações, como se vê, com exceção da última, comparam muito mais como expressão do descontentamento e interesse de setores burgueses (donos de

transportadoras, etc), que se sentem prejudicados em seus lucros com o processo de privatização das rodovias federais e com os constantes aumentos (pedágios, combustíveis, etc). Faltou, por exemplo, a defesa de um salário mínimo real aos empregados das transportadoras. A ausência dessas reivindicações permitiu que setores capitalistas descontentes pudessem tirar vantagem do movimento, agindo camufladamente.

O descontentamento das transportadoras se dá em função da impossibilidade desses setores em repassar para a frente os aumentos, dada a profunda recessão por que passa o país, que por sua vez é consequência da crise mais geral do capitalismo. E, mesmo que fosse possível ao governo atender a essas reivindicações, amenizaria minimamente e temporariamente apenas a situação dos caminhoneiros autônomos, que sentem cada vez mais dificuldades em conseguir seu sustento e de sua família com fretes em seus próprios caminhões.

Apesar disso e tendo claro que não se tratava de um movimento mais geral dos trabalhadores contra a burguesia e que em nenhum momento esteve em jogo o poder burguês, o governo federal, pressionado por setores que estavam perdendo com os bloqueios das estradas, foi obrigado a dar uma resposta imediata ao problema. Ameaçou botar o exército em cima dos grevistas, ao mesmo tempo que seus ministros procuravam fechar um acordo com os dirigentes da greve para pôr fim ao movimento.

Após longas reuniões, o governo fez algumas promessas e adiou temporariamente os aumentos previstos para os pedágios e para o óleo diesel. Depois disso, os 'representantes' dos caminhoneiros que participaram das reuniões com o governo anunciaram o fim da greve e saíram cantando vitória, já fazendo seus planos: tão logo venham as eleições, eles ocuparão seus cargos no parlamento burguês e assim poderão colher os 'frutos' do seu árduo trabalho. Muitos caminhoneiros não aceitaram a proposta governamental e prosseguiram com os bloqueios. Suas direções passaram então a reivindicar do governo o uso de força policial para liberar as estradas.

De nossa parte, entendemos que a luta da classe operária e demais trabalhadores não passa e nem pode se confundir em nenhum momento com os interesses patronais. Nesse sentido, a luta dos caminhoneiros, para que possa expressar os reais interesses da classe e caminhar no sentido de pôr fim à

exploração a que estão submetidos, deve caminhar necessariamente para a unidade com os operários e demais trabalhadores, bem como lutar pelas reivindicações mais sentidas dos motoristas empregados e das massas, levantando as bandeiras de: ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO; SALÁRIO MÍNIMO REAL (R\$1.800,00); GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO PARA DERRUBAR INTEGRALMENTE O PLANO DE FOME E MISÉRIA DE FHC.

## DEMISSÕES NA FORD DO IPIRANGA

Vimos atuando, acompanhando e analisando sistematicamente em nosso periódico o movimento operário na montadora Ford. Temos denunciado constantemente aos operários as manobras e conluios que a burocracia do sindicato tem feito com os patrões no sentido de aprofundar ainda mais os ataques às condições de vida dos trabalhadores e breçar qualquer tipo de resistência. A última tramóia foi anunciada recentemente pela montadora: o fechamento de uma de suas unidades, localizada no bairro do Ipiranga, em São Paulo. A desativação dessa fábrica é parte da estratégia da montadora de transferir definitivamente a sua produção para outro Estado (Bahia), onde os incentivos, doações e benefícios do governo elevarão seu lucro às nuvens. Porém, o que os patrões estão de olho mesmo é na lucratividade que obterão com a contratação de mão-de-obra por um salário bem menor ao que pagam nas fábricas de São Paulo. O anúncio do fechamento da fábrica do Ipiranga levou à decretação da greve dos 1.450 operários da unidade e o que poderia ser o início de uma luta contra as demissões logo foi desviado pela direção do sindicato, que tratou de armar o fechamento de um acordo com a montadora, onde esta se comprometeu a não demitir os operários por um ano, o que acabou com a greve que durou 12 dias. Entretanto, esse acordo não passou de uma manobra para evitar a radicalização dos operários, pois o fechamento da fábrica e as demissões serão feitos por etapas e serão levado a cabo concomitantemente com o início da produção na unidade da fábrica da Bahia. A luta dos operários da Ford do Ipiranga contra as demissões que certamente virão só atingirá seus objetivos se colocar contra as demissões em geral. Para tanto, terá que varrer as direções burocratizadas e sua política de conciliação com os patrões de seu sindicato e começar imediatamente a trabalhar a bandeira da ESCALA MÓVEL

Nacional



DE HORAS DE TRABALHO como única forma de acabar com o desemprego em toda parte, e o caminho para isso é organizar a GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO.

## **FUNCIONALISMO PÚBLICO: MANIFESTAÇÃO CONTRA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA**

As entidades do funcionalismo público estadual estão preparando uma manifestação para o próximo dia 12 de agosto em frente à Assembléia Legisla-

tiva contra o projeto de reforma previdenciária do governo Covas, que pretende intensificar os ataques ao conjunto dos servidores públicos. O objetivo do governo agora é aumentar ainda mais a fatia que retira todo mês do salário dos trabalhadores, elevando a alíquota de desconto de todo o funcionalismo público para a previdência, cobrar o imposto também de pensionistas e inativos, além de excluir os benefícios do IPESP (aposentadoria) para uma parcela de servidores (Lei 500/74 e Cartorários extrajudiciais), que, a par-

tir da aprovação do projeto, ficará a cargo do INSS. Diante disso, a manifestação do dia 12 não pode se limitar a um mero protesto, muito menos ficar no campo das ilusões parlamentares. É preciso que os trabalhadores se coloquem abertamente pela construção da GREVE GERAL DO FUNCIONALISMO, como única forma de barrar integralmente os ataques desferidos pelo governo FHC/Covas.

## **Por que o POR não participa da campanha pelo abaixo assinado do FORA FHC**

Grande parte dos partidos e correntes de esquerda estão empenhados em coletar assinaturas para o chamado abaixo-assinado do Fora FHC. Temos assinalado em nossos materiais e onde atuamos que o conteúdo do Fora FHC, dado pelas correntes que o empunham, é o de reivindicar a antecipação das eleições como forma de enfrentar os problemas que atingem as massas. Portanto aponta a via eleitoral como saída para a atual crise política.

Temos nos contraposto a essa linha defendendo a ação direta, o combate ao plano antinacional e antipopular do governo pela organização da greve geral por tempo indeterminado, a aliança operário-camponesa e a frente única antiimperialista, sintetizados na bandeira de Abaixo FHC e Fora o FMI.

Trata-se de duas perspectivas opostas para os movimentos operário, popular, camponês e estudantil: a da passividade da linha do vote e espere contra a da ação e tomada da resolução dos problemas pelas próprias mãos.

Reproduzimos abaixo o texto do abaixo-assinado, que é ainda pior do que o apregoado pelos que apostam no eleitoralismo. Porque nem mesmo se coloca pelo tal de Fora FHC, antecipação de eleições. Limita-se exclusivamente a reivindicar do Congresso Nacional que instale uma CPI da Telebrás.

Portanto, coloca o problema da crise política nas mãos do parlamento corrupto. Chama as massas a acreditarem nele.

Limitam-se a pedir uma CPI, que no máximo poderá concluir pedindo um processo de impeachment, mas nem mesmo à antecipação de eleições levaria. O abaixo-assinado é tão tímido que nem mesmo reivindica a reestatização da Telebrás!

Essa política não serve para dar um combate real ao governo FHC, ao FMI e ao plano antinacional e antipopular de FHC. No máximo, ajudará a fazer campanha eleitoral dos partidos de oposição ao governo. Chamar as organizações de massa a se meterem nessa campanha ao invés da organização da luta direta pelas reivindicações mais sentidas das massas, que se opõem ao plano, ao governo, à burguesia e ao imperialismo, é desviá-las da resolução de seus problemas, é distraí-las, é bloquear o combate efetivo ao governo entreguista, é negar a defesa verdadeira das reivindicações.

As diversas mobilizações que têm acontecido apontam o caminho correto: amadurecer as condições para a greve geral para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular.

Nacional



## **ABAIXO-ASSINADO**

### **Representação por crime de Responsabilidade do Presidente da República**

Exmo. Sr. Michel Temer

Presidente da Câmara dos Deputados

Os cidadãos brasileiros, abaixo-assinados, denunciam, com base na Constituição brasileira e no seu artigo 14 da Lei 1.079/50, o Presidente da República Sr. Fernando Henrique Cardoso por crime de responsabilidade caracterizado pela prática de atos atentatórios à proibidade administrativa relacionados à condução do processo de privatização da Telebrás e ao favorecimento de instituições financeiras privadas.

Exigimos e apoiamos a instalação da CPI destinada a investigar o processo de privatização da Telebrás.

Brasília, junho de 1999



NOME

RG

ASSINATURA

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS  
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

# Pela via do Estado burguês o MST não avançará

A situação de crise econômica e social, bem como política, tem obrigado o governo a adotar uma linha de repressão mais contundente e aberta ao conjunto do MST. Anunciou que as verbas para assentamentos serão menores e que imporá com mão de ferro a diretriz do Banco da Terra. Instituição essa criada sob a orientação do Banco Mundial para combater os sem-terra.

Trata-se de mais uma demonstração de que os camponeses só alcançarão a terra lutando contra o Estado burguês e rebatendo o intervencionismo imperialista no país. A via das negociações e do parlamento desvia essa tarefa e ainda levará à derrota fatal do movimento camponês. O que quer dizer que não basta ocupar terras e negociar assen-

tamentos. É necessário colocar claramente o movimento sob a estratégia revolucionária do governo operário e camponês (ditadura do proletariado). E construir a aliança operário-camponesa.

Essa posição implica uma ruptura do MST com o reformismo petista e clerical. A política reformista tem por conteúdo encontrar um ponto de convergência entre a reivindicação de assentamento (programa de reforma agrária do MST) e as concessões do Estado. Assim, o método da ocupação, que é revolucionário, serve como simples meio de pressão para se chegar a uma "reforma agrária" no quadro do capitalismo e, portanto, sob a direção do Estado burguês.

Ocorre que a burguesia não tem sequer disposição de fazer os limitados assentamentos reivindicados pelo MST e se dirige a golpear o movimento pela repressão.

A linha do MST de apoiar um governo de frente popular, como apregoa o PT com sua estratégia de governo democrático e popular, é apresentada

como a saída para o impasse. Cria-se a ilusão na possibilidade de um governo burguês progressista, que se disporia a colocar o Estado a serviço dos interesses das massas oprimidas. Afasta-se, assim, a estratégia própria dos trabalhadores, em favor de uma aliança com partidos da burguesia.

Essa é a contradição de fundo do MST, que, se não for rompida por uma fração revolucionária, marxista, o impasse do movimento dos sem-terra frente ao Estado conduzirá, cedo ou tarde, à derrota.

O POR apóia e continuará apoiando o MST contra os ataques do governo, desenvolvendo as campanhas de denúncia e mobilização em defesa das ocupações de terra. Faz a defesa da bandeira de terra aos camponeses, sob o programa de coletivização agrária, propriedade coletiva e controle direto pelos trabalhadores. Esse programa se apóia inteiramente na luta de classes e exclui qualquer ilusão em aliança eleitoral burguesa.

Nacional



## ACM quer mais um imposto

A proposta do senador Antônio Carlos Magalhães (ACM) de um imposto para erradicar a miséria é de um cinismo sem igual. Diz ACM que sua proposta é taxar os ricos e a classe média para dar aos pobres. Com uma taxa de 10 a 15 reais sobre a classe média, seria possível arrecadar R\$ 8 bilhões ao ano. Que, divididos pelos 60 milhões de miseráveis no Brasil, dariam 11 reais por mês para cada um. É assim que ACM diz que vai acabar com a miséria no Brasil. É evidente que se trata de uma farsa.

ACM propõe o imposto com dois objetivos: ajudar a bancar o endividamento público (sustentar o parasitismo financeiro) e fazer campanha eleitoral demagógica.

A atual política econômica, ditada pelos organismos financeiros internacionais, está vol-

tada a sustentar a capacidade governamental de favorecer os investimentos externos no país, remunerando-os com as maiores taxas de juros do mundo. É impossível manter indefinidamente esse parasitismo, pois a produção estagnada não permite. Mas é possível mantê-lo por algum tempo, apoiando-se em aumentos de impostos, redução de gastos públicos e privatizações. É o que o governo tem feito.

A proposta de ACM é para ajudar o governo em seu objetivo de tirar dos pobres para dar aos ricos. É o oposto de Robin Hood. Quando ele fala em taxar os ricos e a classe média, entenda-se taxar a classe média e os assalariados. Porque os capitalistas têm sempre como transferir sua carga de impostos, seja pelos reajustes de preços, isenção, ou sonegação. Os assalariados é que pagam imposto antes de receberem seus salários.

A parte demagógica de sua proposta está no fato de que a miséria não pode ser erradicada pelo capitalismo, e isso o provam os países de capitalismo mais desenvolvido. A principal potência mundial, os Estados Unidos, conta com uma população de cerca de 36 milhões de miseráveis, número que tem crescido ao longo dos anos. A erradicação da miséria depende dos assalariados tomarem em suas mãos a economia, rom-

perem com o domínio e opressão imperialistas e desenvolverem amplamente as forças produtivas. Ou seja, depende da revolução proletária.

Isso não quer dizer que devemos esperrar até o socialismo para combater a miséria. Ela se combate todos os dias, quando os assalariados se colocam em movimento por suas reivindicações. A defesa firme dessas bandeiras é o primeiro passo para a luta pela extinção da miséria. Por isso o partido revolucionário coloca bem alto a defesa do salário mínimo real (hoje de 1800 reais), a escala móvel de salários e de trabalho etc.

O reformismo, que também apresenta projetos de lei que pretendem combater a miséria, nega-se a defender as reivindicações mais imediatas dos trabalhadores. Dizem que a economia não suportaria atender essas demandas, por isso é preciso ser realista e propor leis como a tal da renda mínima. Ora, justamente isso é que não é ser realista: supor que a economia capitalista, que não é capaz de sustentar minimamente seus escravos, poderá melhorar suas vidas por meio de decreto. Ser realista é defender as reais necessidades das massas, é mostrar que se o capitalismo não é capaz de atendê-las, então que morra o capitalismo.



# Ford ameaça demitir mais 1500 operários em São Paulo

A discussão sobre a instalação da nova fábrica da Ford na Bahia acabou trazendo mais um problema para os operários: vazou a informação de que a empresa aproveitaria os subsídios baixos e levaria a fábrica de carros para lá, deixando São Bernardo fabricando caminhões e pick-ups. A fábrica de São Paulo seria então fechada, e 1500 trabalhadores perderiam o emprego.

Os trabalhadores da Ford de São Paulo tinham garantia no emprego até dezembro. Quando souberam da notícia, ficaram muito revoltados com a possibilidade de fechamento da fábrica e decidiram entrar em greve. Os pelegos da Força Sindical entraram em contato com a direção sindical de São Bernardo e Taubaté para ações conjuntas contra o fechamento da fábrica e a transferência da produção de carros para a Bahia.

Cerca de 70 metalúrgicos da Ford armaram um acampamento junto ao Ministério da Fazenda para protestar. A burocracia sindical conseguiu o apoio

de Mario Covas, metido numa briga com ACM justamente ao redor da polêmica sobre os incentivos do governo à multinacional.

O resultado das negociações levou o governo a incluir uma cláusula de proteção parcial dos interesses do governo de São Paulo: as empresas que quiserem se beneficiar dos incentivos à implantação no nordeste não poderão fechar unidades em outros estados. Os empregos não têm nenhuma garantia. A Ford terá de manter as unidades em São Paulo, e terá de pagar impostos por isso, mas pode demitir à vontade. Está aí o resultado das políticas dos sindicalismos “de resultados” (Força Sindical) junto ao “de conquistas” (CUT).

Na segunda-feira, 02/08, a diretoria do sindicato defendeu a volta ao trabalho com a proposta da empresa de estabilidade por um ano, depois da qual os trabalhadores terão de se transferir para São Bernardo ou serem demitidos. Os operários estavam dispostos a man-

ter sua luta e a diretoria pelega teve de fazer mais duas votações para aprovar o acordo, que aponta ainda a utilização de um plano de demissões “voluntárias”. O movimento da Ford Ipiranga foi enterreado pela burocracia sindical, que apenas o utilizou como massa de manobra na disputa interburguesa de guerra fiscal.

A única forma de combater as demissões que a Ford e as outras montadoras têm programadas é unir os operários de todas as montadoras numa greve geral com ocupação de fábrica pela escala móvel de horas de trabalho e controle operário da produção.

Nacional

## Rebelião na Febem-SP: o capitalismo destrói a juventude

No final de julho, os 1500 menores mantidos na unidade Tatuapé da Febem-SP protagonizaram três dias de rebelião. O motivo apontado são os maus tratamentos dos monitores e da segurança interna.



As instalações do Tatuapé têm capacidade para no máximo 700 menores. O amontoamento indiscriminado de jovens deteriora as já precárias condições do local. Os monitores são instigados a utilizar da repressão e autoritarismo para manter algum controle.

As unidades da Febem são uma espécie de prisão para menores. Qualquer transgressão é punida com um período de “recuperação” nessas unidades. É uma forma da sociedade varrer para debaixo do tapete um de seus mais graves problemas sociais: a criminalidade juvenil.

Mais da metade dos menores da Febem vêm de famílias com renda inferior a três salários mínimos. Destes, metade vive com menos de um salário mínimo mensal. Está aí a maior causa da delinquência juvenil: a miséria, o desemprego, a falta de acesso à escola.

Em outras palavras, a crise do capitalismo afeta de modo mais terrível a juventude oprimida. Sem nenhuma perspectiva positiva de vida, em meio a terríveis crises familiares, o jovem é empurrado para as drogas e o crime. Servirá assim a um setor marginal da burguesia que vive da criminalidade: os traficantes de drogas, os donos de desmanches de carros roubados, os receptadores de todo tipo de produto roubado etc. Quando é pego pela polícia, acaba “preso” nas unidades da Febem, onde acaba convivendo e se comprometendo ainda mais com a criminalidade. Os burgueses criminosos nunca vão presos, pois têm fortunas a dar aos advogados parasitas, que vivem de encontrar as brechas legais e os caminhos da corrupção para libertar seus “clientes”.

Por pouco a rebelião no Tatuapé não se transformou em outro massacre do Carandiru. A tropa de choque foi mobilizada e estava pronta para o massacre. O governador teve de enviar o secretário de segurança para comunicar diretamente a contra-ordem. Tudo indica que um setor do governo e o aparato repressivo

tramavam o esmagamento da rebelião pelas armas. Por outro lado, é a política de Covas para a Febem que leva necessariamente ao conflito, às rebeliões e ao massacre. A diferença entre Covas e Fleury é que este ordenou pessoalmente a execução, enquanto aquele criou todas as condições para isso.

O problema da criminalidade juvenil é intrínseco ao capitalismo decadente. Por mais unidades “reformatórios” que se construam, não será possível deter o avanço da criminalidade juvenil diante do avanço da miséria das massas e da burguesia marginal.

As reivindicações da juventude têm de se ligar às do movimento operário em sua luta contra a exploração de classe. A destruição do capitalismo é o meio de pôr fim à criminalidade juvenil.



# Roberto Felício, juntamente com a diretoria da Apeoep, pede à Justiça do Estado a prisão política de 25 professores

6  
Educação

Tomamos conhecimento, no mês de julho, do pedido de abertura de inquerito-policiaI movido pela burocracia da Apeoesp contra 25 professores. Denunciou professores que fazem oposição à política da diretoria (Articulação): Ana Raquel, Silvana e Maria Aparecida (Subse-de-Lapa), Miguel (Taboão), Antônio Justino, (Tonhão), Dagmar, William, José Luiz, Antônio Carlos, Renato, Francisco (Diadema) Fernando, Alda (São Bernardo), Denise e Juan (Penha), Geoacton e Carlos (Sul), Sebastiana (F.Morato), Alberto (Itaquá), Francisco (Chico) e Guiomar (Mauá), Sandra (Suzano), Maurício (Cotia), Anita e Juarez (interior).

Os burocratas exigem que a Justiça persiga policamente esses professores. Para isso, forjou uma série de provas para construir o pedido de inquérito. Dizem que os professores danificaram o sindicato. E encaminham a aplicação do artigo 163 do código penal, que prevê de seis meses a três anos de detenção e multa, além da pena à violência. A partir desse pedido, descreve os fatos ocorridos durante e após a assembléia de 13/2/98. Uma descrição fraudulenta para que as provas apresentadas se encaixem devidamente. Transcrevemos abaixo algumas delas: "(...) os autores e outros que não puderam ser identificados, tal qual os históricos vândalos, instituíram um verdadeiro estado de caos na Praça da República ...." "A turba incivilizada que havia seguido

o requerente (Felício), tanto os que se encontravam no interior do prédio do sindicato, como os que se encontravam do lado de fora, começaram a danificar os portões e as portas...." "É evidente que nem todos os autores participaram de forma direta da ação de danificar o prédio, contudo, todos os autores, sem qualquer exceção, tiveram participação nos fatos, seja no emprego da violência, nos danos propriamente ditos, como na liderança da turba Vândalos que invadiu o sindicato".

A narrativa de Roberto Felício expressa bem o papel de um burocrata vendido. Usa do linguajar dos órgãos repressivos do Estado. E com a mesma sanha da polícia constrói fatos falaciosos. Porém, isso não parou aí. Apresentou à polícia uma descrição de alguns professores (coisa de fazer inveja para os órgãos repressivos). Diz assim: "Antônio Justino, vulgo Tonhão, conhecido da Justiça Pública de Diadema, com diversas condenações, mormente por crime contra a honra...." "William pessoa esta muito violenta, com uma respeitável folha de antecedentes". "Ana Raquel, Juarez, Antônio Carlos e José Luiz todos estes efetivos líderes do movimento depredatório...". Só isso já é suficiente para mostrar a que ponto e de que lado se encontram esses dirigentes, verdadeiros verdugos de nossa classe.

Após os fatos, apresentou as provas: um exame forjado de corpo delito de um diretor da Articulação e fotos tiradas pela fotógrafa do sindicato. Sendo que uma dessas fotos é de um porão com materiais de sucata. Da mesma forma que a Justiça e os aparatos de repressão da burguesia, a diretoria usa fotos da assembléia, das reuniões no auditório da Apeoesp etc, para nominar a presença desses professores entre centenas de presentes.

Colheu os depoimentos de 10 pessoas, sendo que Márcia, Maria Ivone, Vicenta e Regina são funcionárias da Apeoesp. O Sr. João Oliveira é vigilante da Ebrase, empresa de segurança que presta serviços para o sindicato. O sr. Sérgio era da 2ª Vice-Presidência da Assembléia Legislativa. Os demais são da própria diretoria: Claumir, Lisel e Luiz Macedo. Os funcionários prestaram o depoimento da forma como orientou os burocratas, portanto carregado de fúria contra esses professores e sem-

pre mostrando que eles foram vítimas da "violência". Os membros da diretoria trataram de aumentar o peso da responsabilidade sobre alguns desses membros da oposição, também conforme orientação dos seus assessores jurídicos e políticos. Reuniu todos os boletins divulgados pelo movimento de oposição e entregou à polícia, para compor o tal pedido de investigação.

Por fim, utilizando o advogado César do departamento jurídico da Apeoesp, apresentou ao Delegado de Polícia, em abril de 1999, o seguinte documento: "Roberto Felício vem.... requerer que seja expedida certidão... para que possamos informar a Secretaria de Segurança Pública do andamento preciso do Inquérito policial tendo que até ... o presente momento não foram tomadas as providências cabíveis para que o mesmo seja concluído". Ou seja, está exigindo que a Justiça se apresse na punição, que, pelo seu conteúdo, tem se mostrado muito morosa.

Como se vê, usa os funcionários para depor ao seu favor. É claro que a relação de patrão e empregado (pois é assim na Apeoesp dirigida pela Articulação) pesou muito nesses depoimentos. Aproveita dos advogados do sindicato, pagos pelo dinheiro de todos professores filiados, para assessorar e defender a política de Roberto Felício e da diretoria. Tudo que apresentou à Justiça só tem um objetivo: usar o braço repressivo do Estado burguês para perseguir politicamente e calar aqueles que fazem oposição.

## A verdade sobre os acontecimentos do dia 13/2/98

A diretoria da Apeoesp cancelou a assembléia do dia 13/2, alegando falta de quórum, e se recusou marcar uma nova. A assembléia era para deliberar um plano de luta contra as milhares de demissões do governo Covas. Ao invés de aprovar um plano para ampliar a mobilização por uma nova assembléia, Roberto Felício se apoiou no fato de que a assembléia não teve quórum para concluir que os professores não estavam dispostos à luta. Essa conduta provocou inúmeros protestos dos professores presentes.

A Oposição divergiu e defendeu uma ampla campanha de convocação de nova assembléia e a organização dos



professores para resistir ao desemprego causado pela reforma educacional do governo. Felício decretou o fim da assembléia e se dirigiu para a sede da Apeoesp. Os professores, cerca de 500, foram até a Apeoesp exigir a marcação de nova assembléia. Como se vê, o descontentamento foi armado pela própria diretoria. Havia um problema político entre aqueles que defendiam uma ampla campanha contra as demissões e a diretoria que propunha a restrita pressão aos deputados, como forma de abrir negociação com o governo. A conduta da diretoria era e foi de não fazer nada contra as demissões.

Diante dessa situação, a Oposição realizou no auditório da Apeoesp, inclusive com a presença de alguns membros da diretoria, uma reunião para decidir o que fazer. Nessa reunião, deliberou-se pela permanência na sede da Apeoesp com a finalidade de reivindicar a convocação de nova assembléia. Durante o período que esteve no sindicato, nada foi tocado. Isso porque nunca foi objetivo quebrar o sindicato, um organismo que é para a luta dos trabalhadores construído com o dinheiro da classe. A permanência se deu pela intransigência da diretoria de atender uma reivindicação de centenas de professores presentes.

A violência partiu da diretoria que tentou impedir a entrada dos manifestantes no sindicato, o que acarretou a quebra da porta, e contratou um grupo de bate-paus (skinheads neonazistas conhecidos) para retirar os professores. Estes foram arrastados para fora do sindicato, na presença da diretoria,

membros da CUT e alguns conselheiros vinculados à Articulação. Depois de tamanha violência, se colocou de vítima e reivindica o árbitro da Justiça para incriminar vinte e cinco professores.

### **Os burocratas da Apeoesp tratam as divergências usando a repressão do Estado**

Essa não é a primeira vez que age contra a própria classe. Felício já abriu vários processos contra Antônio Justino (Tonhão). Foram através desses tais processos, que o professor foi condenado a dois anos. O que o Felício esconde é que se há algum professor já condenado foi por conta de seus processos e os do governo. O governo já prendeu Antônio Justino, já puniu com suspensão de pagamento outros e a todo momento vem combatendo estes mesmos professores.

Da parte do governo, não há nada de estranho. Isso porque precisa impor uma reforma privatista da educação e encontra pela frente lutadores que resistem. Acabar com esses professores que fazem oposição à política do governo é a forma para implantar as medidas contrárias ao ensino público. O que pode causar estranheza é o fato da diretoria da Apeoesp usar esse mesmo expediente para combater os que fazem oposição à sua política de conciliação com o governo. A verdade é que a diretoria há muito tempo abandonou os métodos próprios dos trabalhadores para superar as divergências. E passou a colaborar com o governo não só na aplicação da reforma neoliberal da educação

como também na delação dos professores que fazem oposição. As divergências para os burocratas devem ser resolvidas nos Tribunais do Estado e no cárcere.

### **Pelo trancamento imediato do Inquérito policial Nenhuma punição aos militantes de Oposição**

Os trabalhadores da educação devem rechaçar essa conduta traidora da diretoria da Apeoesp. E exigir que a mesma retire o inquérito policial. Devem reivindicar o direito elementar da democracia sindical, que se expressa na liberdade de manifestação, expressão e organização dos trabalhadores. Devem também condenar a conduta da burocracia de usar a Justiça do Estado, essa que condena e assassina os trabalhadores, para punir aqueles que se opõem à política da Articulação. As divergências entre trabalhadores devem ser resolvidas no marco da democracia operária e nas instâncias de decisão coletiva da classe.

Nacional



## **A diretoria da Apeoesp se cala diante das medidas governamentais e intensifica as medidas punitivas aos professores que a denunciam**

O objetivo do governo é continuar implantando a reforma privatista da educação. Iniciou com o ensino fundamental, criando o Fundef e municipalizando-o. As consequências foram drásticas: fechamento de escolas, eliminação dos cursos noturno, falta de vagas, concentração de alunos superlotando as classes, redução da grade curricular e demissão em massa de professores. O governo cumpriu as exigências do Banco Mundial (agência financeira do imperialismo, controlada pelos Estados Unidos), conforme o estabelecido pelas reformas neoliberais.

Essa racionalização capitalista foi apenas um ensaio para se ver a capaci-

dade de reação dos sindicatos, particularmente da Apeoesp. Como a burocracia sindical mostrou-se acuada, expressando sua política petista (reformista) de não enfrentamento direto com as reformas neoliberais, o governo seguiu em frente na implantação da reforma do ensino médio. No próximo ano, prevê a redução da grade curricular e a privatização de parte desse nível de ensino, através de parcerias.

A diretoria da Apeoesp parte do pressuposto de que os professores não estão dispostos à greve e à resistência. Como foi na época da municipalização, onde o desemprego atingiu em cheio os educadores. Novamente, convoca os

professores para as pressões aos parlamentares, as caravanas à Brasília e os abaixo-assinados para as emendas populares. Métodos esses já provados como incapazes de fazer frente à ofensiva governamental de destruição do ensino público..

Frente aos ataques do governo, setores do movimento de Oposição têm questionado a conduta conciliadora da di-



retoria da Apeoesp. E, nesse sentido, têm exigido que se convoque amplamente as assembleias gerais para que a classe possa decidir os rumos do movimento. A diretoria, por sua vez, tem negado sistematicamente, com o argumento de que estão esvaziadas e que membros da Oposição são violentos. Com isso, passou a decidir sobre a classe. A exemplo do ato que está convocando

para o dia 12/8, da marcha à Brasília, do abaixo-assinado etc. Esse método de decidir para os professores acabou enfraquecendo a mobilização coletiva. Uma parcela da classe deposita na diretoria a tarefa de reivindicar para ela (professor), fruto da tamanha despolíticação cultivada pela burocracia sindical. Como se fosse possível modificar as ações governamentais com negociações de cúpula.

É por essa razão que a burocracia sindical necessita eliminar seus opositores. Usa de todos os artifícios. Quando não consegue via sindicato, faz uso do aparelho repressivo do Estado para condenar aqueles que denunciam o papel traidor da direção e apontam o caminho e os métodos próprios dos trabalhadores.

## Campanha de denúncia contra o inquérito policial aberto pela diretoria

Foram realizadas várias reuniões. Aprovou-se um bônus para a sustentação financeira da campanha. E uma carta aberta aos professores. Reproduzimos abaixo essa Carta.

### Carta Aberta aos trabalhadores

Tomamos conhecimento, nos mês de julho, através de uma intimação judicial, que a diretoria da Apeoesp instaurou um inquérito policial contra 25 militantes de Oposição.

O motivo do inquérito policial que, em se transformando em processo pode resultar na prisão por até três anos desses professores, está em que a diretoria da Apeoesp se recusou em fevereiro de 1998, convocar uma assembleia para deliberar um plano de luta contra as milhares de demissões do governo Covas. Roberto Felício se apoiou no fato de que a assembleia não teve quórum e por isso a suspendeu. A Oposição defendeu uma ampla campanha de convocação de nova assembleia e a organização dos professores para resistir ao desemprego causado pela reforma educacional do governo. Diante das divergências, Felício decretou o fim da assembleia e se dirigiu para a sede da Apeoesp. Cerca de 500 professores foram até a Apeoesp exigir nova assembleia. Como se vê, havia um problema político entre aqueles que defendiam uma ampla campanha contra as demissões e a

diretoria que propunha a pressão aos deputados, como forma de abrir negociação com o governo. E acabava com toda possibilidade de mobilização.

Frente ao impasse criado, os professores deliberaram pela permanência na sede da Apeoesp com a finalidade de reivindicar a convocação de nova assembleia. A diretoria respondeu de forma violenta: contratou os "seguranças" (os chamados bate-paus) para retirar à força os professores. Fato que ocorreu no sábado. Roberto Felício foi à Justiça (polícia) e deu entrada ao inquérito policial. Depois de mais de um ano, a Justiça dá andamento ao processo para incriminar os militantes da Oposição.

Veja a que ponto chegou essa diretoria. Em vez de defender os demitidos por Covas, puniu aqueles que lutavam contra as demissões e contra a diretoria que se calava com os milhares de desempregados. Essa não é a primeira vez que age contra a própria classe. Basta

que lembremos dos processos contra Antônio Justino (Tonhão) para verificar que essa direção utiliza dos mesmos métodos dos antigos pelegos. A burocracia sindical se arma de "seguranças", usa a Justiça do Estado, utiliza do aparelho sindical (departamento jurídico é um exemplo) para eliminar os seus opositores. As divergências políticas são tratadas como os métodos estranhos aos trabalhadores.

Todos os trabalhadores da educação devem rechaçar essa conduta traidora da diretoria da Apeoesp. Devem levantar a bandeira da democracia sindical, ou seja, direito de manifestação, expressão e organização dos trabalhadores. Em defesa desses princípios elementares, que convocamos os companheiros a engrossar a luta pela retirada imediata do inquérito policial aberto por Felício aos militantes de Oposição. E exigir o fim da utilização da Justiça do Estado contra os lutadores da classe.





# CONFÊRENCIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Foi realizado em Ceará-Mirim a I Conferência Municipal da Educação nos dias de 19 a 20 de julho na Escola Estadual Enéas Cavalcanti. No momento, discutiu-se as reformas neoliberais da educação implementadas pelo governo Garibaldi Alves (PMDB) através de Roberto Varela (PMDB/PCdoB). Eles seguem a mesma política do governo central de FHC (PSDB,PFL).

Discutiu-se sobre o FUNDEF, reformas do 2º grau e LDB. Na Plenária de encerramento, os trabalhadores em educação, posicionaram-se sobre as reformas governamentais.

A Conferência caracterizou a crise da educação como parte da crise do capitalismo. O capitalismo alcançou um nível de produção mais alto do que a capacidade do mercado de consumir. Em vez de satisfazer as necessidades humanas, os capitalistas mantêm seus lucros descarregando a crise de superprodução sobre os trabalhadores. Desemprego, crises cambiais, aumento dos preços dos alimentos, arrocho salarial são algumas das conseqüências da

crise.

Neste sentido, o Estado dos capitalistas retira dos serviços sociais (saúde, moradia, educação) verbas para financiar suas empresas através de incentivos fiscais (diminuição do IPI etc.), pagar os juros das dívidas interna ou externa ou cobrir rombos de banqueiros. As propostas neoliberais para a educação possuem este objetivo.

Por isto, o FUNDEF foi rechaçado pelos trabalhadores em educação por se constituir em um passo importante dos governos para a privatização da educação, desobrigando-se dela. Inclusive, a intenção do governo é o sucateamento do próprio Ensino Fundamental, uma vez que os conferencistas avaliaram que não houve melhorias na educação com a criação do Fundo.

A LDB foi analisada como forma do governo central manter o controle ideológico sobre as escolas, ao mesmo tempo em que propõe as parcerias com vistas a própria comunidade custear a educação. Além de garantir verbas públicas para as escolas privadas. A Conferência posicionou-se contrária a

qualquer e toda LDB da burguesia, defendeu o controle pedagógico pelos trabalhadores em educação, além da obrigação do Estado em financiar a educação.

Como método para se alcançar essas e outras propostas para a educação, os trabalhadores defenderam a ação direta, a união de todos os trabalhadores numa grande greve geral no País para derrubar o Plano antinacional e antipopular do governo juntamente com o seu sistema: o capitalismo.

A Corrente Proletária na Educação participou ativamente da Conferência fazendo coro aos trabalhadores na defesa das propostas aprovadas e no grito final de

VIVA O SOCIALISMO!



## As resoluções da Conferência de Ceará-Mirim

O Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Ceará Mirim, oposição ao sindicato estadual, realizou nos dias 19 e 20 de agosto a I Conferência Municipal de Educação. Ao contrário de outros encontros do tipo, em geral marcados pelo diletantismo, a Conferência teve como centro o debate das questões que mais atingem a classe, ligando-as ao combate à reforma educacional do governo e ao seu plano antinacional e antipopular.

A prefeitura local tentou sabotar o encontro, pois tem no sindicato um grande adversário político. O próprio prefeito foi de escola em escola pedir aos professores que não participassem do encontro. Tudo em vão, pois mais de 100 professores participaram ativamente da conferência.

Destacamos alguns trechos de seu manifesto, aprovado em plenária no último dia do encontro:

“A crise da educação é parte da crise histórica do capitalismo. A reforma educacional que vem sendo imposta no Brasil é um dos elos do plano antinacional e antipopular do governo. A sua essência é a privatização. Cabe ao estado unicamente manter o ensino fundamental, enquanto os demais níveis ficam à mercê das empresas privadas, embora as parcerias sejam incentiva-

das até mesmo no ensino fundamental. Dessa forma, com ritmos diferenciados, a reforma educacional, patrocinada pelo Banco Mundial e BID, vem sendo aplicada em todos os estados. Expressa, assim, a necessidade dos estados em desresponsabilizar-se com o ensino superior, reduzir o médio e limitar o fundamental. Essa redução vem no sentido de possibilitar o pagamento das volumosas dívidas interna e externa.”

“A nossa luta deve ser no sentido de defender a extinção do Fundef e a criação de Conselhos com a participação dos pais e alunos, professores e demais funcionários da educação para que estes calculem quanto deve ser investido na melhoria da educação. Tais Conselhos devem ser gerenciados pela comunidade escolar com total autonomia, onde a obrigação do estado deverá ser unicamente de financiar a educação.”

“A defesa do fim da reforma privatista do ensino; o combate à municipalização; nenhuma entrega do ensino médio às empresas privadas; a não privatização do ensino superior se dará levantando a defesa de nossas reivindicações, ou seja, a defesa da escola única (único sistema de ensino estatal, sob controle dos trabalhadores), pública, gratuita, laica, autônoma e enraizada na produção social. Expropria-

ção (sem indenização) de toda rede privada (confessional e empresarial) e estatização de todos os níveis ensino, piso nacional dos trabalhadores em educação, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, reposição das perdas salariais, abertura de escolas e vagas para todos os alunos.”

“A 1ª Conferência Municipal da Educação, que tem como tema “A Crise do Capitalismo e a Crise da Educação” resolve aprovar posições de luta, defendendo as reivindicações dos trabalhadores em educação, através dos métodos próprios da classe trabalhadora, como as greves, manifestação, ocupação etc. A defesa da escola não será conquistada através de pressões no parlamento ou participação nos conselhos escolhidos pelos governos, caravanas a Brasília etc.”

# Ao 16º Encontro Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais

**Publicamos abaixo manifesto distribuído pela Corrente Proletária Estudantil aos participantes do Encontro Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais, em Natal**

1000  
Educação

Nesse Encontro temos muitos problemas a tratar, mas há alguns que são essenciais. É preciso respondê-los, sem se perder em discussões distracionistas. Trata-se de compreender os fatores da crise capitalista, o ataque sistemático da burguesia e seu governo à vida das massas e de organizar a mobilização estudantil ao lado da classe operária, camponeses e demais trabalhadores.

Sabemos que haverá tendências que defenderão um Encontro restrito às “especificidades” das Ciências Sociais ou que procurarão enquadrá-lo na estratégia eleitoralista, reformista e conciliadora com o sistema capitalista. Devemos tomar posição oposta a essa. Responder sim aos ataques dos capitalistas à vida dos trabalhadores e à destruição geral da educação, aprovando pontos programáticos e organizando a ação direta estudantil.

Sem dúvida, é necessário que o 16º Encontro se posicione claramente contra a reforma curricular pró-LDB e faça defesa do conhecimento científico. O que significa colocar a escola em relação à produção social.

As Ciências Sociais estão descaracterizadas pelo academicismo e por servir de arma à burguesia contra o socialismo científico, ou seja, contra o materialismo histórico e dialético.

Nos últimos tempos, temos vivido uma intensa campanha contra as idéias, posições históricas e métodos políticos

opostos à ideologia dominante. Cabe-nos defender o conhecimento transformador, oposto à retórica burguesa imposta às Ciências Sociais.

Também cabe-nos rechaçar a farsa da autonomia universitária do governo, que tem por função reduzir verbas, impor as parcerias privatizantes e destruir o ensino público. Defendemos a autonomia universitária como independência total em relação ao Estado, governo universitário tripartite eleito diretamente, com revogabilidade do mandato e submetido à assembléia universitária.

## **A desintegração capitalista e a destruição da educação**

O ponto de partida está em admitir as evidências de que o sistema capitalista de produção está em processo de desintegração e de barbárie social. Isso em nível mundial. O crescente desemprego, liquidação de milhões de postos de trabalho, escalada da miséria etc são sintomas da desintegração. Não poderiam permanecer intocáveis a educação, saúde e todo tipo de proteção social.

As ditas “reformas” são um conjunto de medidas que descarregam a crise do capital sobre os explorados e protegem os monopólios econômicos super concentrados e esgotados na possibilidade de expandir as forças produtivas. Estas se encontram encarceradas nos monopólios e se desintegram, convertendo-se em crise geral do sistema de produção.

Não é por acaso que predomina o parasitismo financeiro e que, embora haja uma extraordinária riqueza acumulada, cresce a miséria das massas. Não há, portanto, como defender a vida dos trabalhadores e a educação sem se colocar pela destruição do capitalismo através da revolução social.

Uma nova educação, científica, transformadora, está condicionada à solução da contradição entre as forças produtivas (trabalho e tecnologia) e as relações de produção capitalista. Ou seja, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva e distribuição social da riqueza. A defesa da educação contra as tendências destrutivas do capitalismo monopolista (fase imperialista de domínio do capital) está condicionada a esta

estratégia histórica da classe operária.

## **A ofensiva imperialista e a necessidade de resposta das massas numa frente única antiimperialista**

A classe capitalista não permanece imóvel frente à desintegração de seu sistema. Atua com a política econômica e com meios bélicos. O conteúdo dela é reacionário em toda linha, pois, ao contrário de resultar em crescimento das forças produtivas, resulta em quebras desintegradoras. A recessão, o aumento do capital especulativo em detrimento do produtivo, a proteção dos setores parasitários e improdutivos, as gigantescas fusões seguidas de demissão em massa etc. comprovam esse fenômeno.

A política econômica predominante é a da burguesia imperialista, detentora do capital financeiro. O programa reformista de distribuição de riqueza, desconcentração do capital, integração dos países atrasados no mercado mundial, incentivo aos pequenos e médios produtores, reforma agrária para dinamizar o mercado interno etc não tem a menor vigência nas condições históricas do capitalismo monopolista. Do ponto de vista econômico, não pode ser aplicado sob o domínio dos monopólios. Do ponto de vista social, tais reformas, por serem capitalistas, teriam de ser executadas pela própria burguesia, mas esta é condicionada pela estrutura econômica monopolista (fase imperialista).

A aspiração pequeno burguesa por reformas capitalistas, expressada inclusive por uma camada operária da burocracia sindical, é reacionária, uma vez que falseia a realidade objetiva de desintegração do sistema como um todo. Essa posição acaba por se adaptar às pressões do imperialismo e se contrapor à organização da luta antiimperialista e anticapitalista. É o que assistimos diante da política econômica denominada neoliberal do governo FHC: desestatização, desnacionalização, endividamento crescente, proteção ao capital financeiro, reformas antitrabalhadoras, desemprego gigantesco, corrupção descarada e repressão brutal aos movimentos (ao MST, às greves). O reformismo e o burocratismo sindical têm submetido os sindicatos, UNE etc a essa situação, exercendo uma oposição



conciliadora e iludindo com mudanças eleitoreiras, parlamentaristas, enfim burguesa institucional.

É essa linha que ditou a resolução do Congresso da UNE de defender a substituição de FHC por novas eleições, sob a estratégia de um governo democrático e popular, que não passa de uma ilusão em torno de um governo burguês reformista. Assim, as tarefas antiimperialistas e anticapitalistas de mobilização de massa contra o governo e a burguesia nacional entreguistas foram rechaçadas.

Como vemos, não é possível responder aos problemas essenciais sem a estratégia revolucionária. O imperialismo responde com a estratégia de submissão das forças produtivas ao capital financeiro parasitário, que significa desintegração econômica e miséria das massas. O reformismo pequeno-burguês (expressão das classes médias) responde com a possibilidade de um utópico governo democrático e popular, saído das eleições e não submetido aos monopólios. A estratégia dos trabalhadores, em torno da qual o movimento docente-estudantil deve se organizar, não pode se confundir com o conteúdo de classe de nenhuma delas. Trata-se da estratégia de um governo operário e camponês (expressão governamental da ditadura do proletariado), produto da revolução social, antiimperialista e anticapitalista.

Diante da política econômica do imperialismo imposta ao Brasil e da necessidade de combater o governo antinacional e antipopular de FHC, trata-se de unir os explorados numa frente única antiimperialista e anticapitalista em torno de um programa revolucionário (socialmente transformador através da luta de classe). Uma frente única antiimperialista baseada em comitês de base em todo país e que estabeleça a aliança operário e camponesa.

### **Defender o ensino público, laico, científico e vinculado à produção social como parte de uma plataforma de luta das massas exploradas**

A reforma da educação segue as exigências da política econômica do imperialismo. Não por acaso é monitorada pelo Banco Mundial. Na essência, objetiva privatizar o máximo possível. Para o governo, a Universidade pública está com os dias contados, o grau médio se enquadra na privatização progressiva e o ensino fundamental submete-se às tais das "parcerias". Mas a transferência da escola pública para a privada não se reduz a uma simples mudança de forma (mercantilização). Trata-se da destruição de parcela do ensino e mutilação do sistema educacional como um todo. No fundo está o desinteresse da

classe capitalista quanto ao acesso das massas à educação. O mercado de trabalho em todas as áreas está esgotado. E a escola só tem sentido à burguesia enquanto meio de constituir força de trabalho apta à exploração e ao funcionamento ideológico do sistema de opressão de classe.

No segundo caso, o interesse se mantém, mas para isso tem outros meios mais econômicos ( Igreja, meios de comunicação etc). Nessas condições, a escola pública é antieconômica. A destruição da escola significa obstrução de estudo às amplas massas, incluindo uma importante camada da classe média. A parcela apta a estudar nos níveis acima do fundamental é aquela que pode ter a educação como uma mercadoria.

O problema não pára aí. Os capitalistas pressupõem que a educação lhes pertence como propriedade. De fato, enquanto forem proprietários dos meios de produção, serão senhores da educação. Não admitem que a educação seja social, sob controle coletivo. Na sociedade de classe, a educação é de classe, não só no seu conteúdo mas também na propriedade física do sistema escolar. Assim, a reforma líquida o que não interessa, impõe um regime de funcionamento geral privado e explora o ensino como mercadoria. Mas também o problema não pára aí.

O desemprego e o empobrecimento de uma camada cada vez mais ampla da população destrói-lhe as possibilidade de ensino, seja público ou privado. O que expõe cruamente a escola imersa na mais brutal exploração do trabalho e misserabilidade das massas. A luta contra a destruição da escola para os explorados e a defesa do ensino público depende de estar ligada ao programa de defesa de conjunto da vida dos trabalhadores e do fim do capitalismo.

### **É necessária a defesa do movimento dos sem-terra, sob a estratégia da aliança operário e camponesa**

O governo não disfarça seu objetivo de quebrar o movimento dos sem-terra através da repressão e de uma política econômica de defesa dos latifundiários. A reforma agrária pleiteada pelos camponeses não poderá se dar sem a revolução social, da qual a revolução agrária é parte. Se os camponeses e os operários não se unirem em um só movimento, não será possível se contrapor ao esmagamento da luta pela terra. O mesmo diz respeito ao desemprego em massa no setor fabril. Os estudantes não podem permanecer à margem deste grande problema. É muito importante apoiar as ocupações de terra e defender a aliança operário e camponesa.

## **Fora o imperialismo da Iugoslávia**

A ocupação militar de Kosovo pela OTAN significa avanço do domínio imperialista e aumento da opressão nacional. É nosso dever lutar contra o intervencionismo com a bandeira de "fora o imperialismo da Iugoslávia", sem que tenhamos que apoiar o governo Milosevic, que expressa a burocracia restauracionista. A única maneira da Iugoslávia ter podido enfrentar a ocupação da OTAN seria o armamento das massas operárias e camponesas, mas o governo burocrático e totalitário sucumbiu depois dos bombardeios e admitiu a ocupação de Kosovo. A defesa da autodeterminação dos povos, que inclui o direito de separação de Kosovo, depende de derrotar o imperialismo. Eis por que a tarefa central é expulsar o imperialismo. Nosso apoio à Iugoslávia está na razão direta de desenvolvermos em nosso país a luta antiimperialista e anticapitalista, que tenham por base reivindicações como desconhecimento da dívida externa, rompimento com o FMI, expropriação dos monopólios, recuperação das estatais sob controle coletivo da produção etc.

### **Construir o partido revolucionário**

O último Congresso da UNE mostrou uma grande unidade das correntes e partidos em defender o distracionismo eleitoreiro como perspectiva para o conjunto dos estudantes. É mais uma prova da necessidade da construção de uma autêntica fração revolucionária no movimento estudantil, baseada no programa da luta anticapitalista e no método da ação direta. Sem isso, não será possível mudar efetivamente as organizações gerais, assistiremos apenas a mais e mais disputas aparelhistas.

**Educação**





# Companheiro Auri, Presente!!

Na tarde de Quinta-feira, dia 29 de julho, quando saía de sua residência para mais um de seus trabalhos militantes o companheiro Auri Rodrigues Pereira, mais conhecido por "Seu Auri", foi atropelado por

uma retro-escavadeira descontrolada que pertencia a uma sub-empiteira JBC, à serviço da Pró-Guaru ligada à prefeitura guarulhense, vindo a falecer.

Foi sempre um lutador, nascido em Pernambuco veio a São Paulo como muitos outros a procura de melhores condições de vida. Formando-se em eletrônica, inicia sua vida de operário metalúrgico, logo cedo começa a participar da organização da Oposição Metalúrgica de Guarulhos. Mesmo ao se



aposentar, preservou o espírito da luta e começou a desenvolver um trabalho com os movimentos populares, principalmente com o movimento de saúde, participando em diversas gestões nos Conselhos Estadual e Municipal da Saúde.

Foi no seio deste movimento onde paulatinamente foi observando as atitudes das direções do reformismo e da igreja, que se contrapunham aos interesses da base do movimento, e termina por romper com esta se juntando aos revolucionários.

Ultimamente, procurava impulsionar um grupo de saúde que atuasse de forma independente do burocratismo da direção privatizadora (que inclusive votou contra a estatização da Santa Casa e pela terceirização dos serviços, ou seja, o início da privatização).

Da mesma forma, estava participando também da construção do Comitê de Ação Popular como um instrumento de luta que começa a reunir os militantes descontentes com a atuação de quebra dos movimentos por parte das direções.

Sua morte, aos 48 anos de luta, não servirá para calar seu ideal, pois mais companheiros retomarão seu lugar.

De nossa parte, só poderemos encampar a luta que o companheiro foi obrigado a deixar e diremos bem alto:

**Companheiro Auri, Presente!!!**

Movimento Operário



## Nossa homenagem

A morte do Sr. Auri, militante do POR, é uma perda para o trabalho revolucionário de destruição da sociedade de classe. O movimento operário e popular de Guarulhos tem o Sr. Auri como um incansável lutador.

Sua militância no POR não é de longa data, mas foi o suficiente para nos mostrar suas fibras classistas e revolucionárias. Aproximou-se do trotskismo através de suas próprias experiências de combate a todo tipo de chaga do capitalismo que consome a vida dos trabalhadores. Em contato com o programa e a militância poristas, pôde concluir suas observações sobre o papel nefasto do reformismo e do pacifismo clerical.

Seu Auri, nosso querido camarada, em pouco tempo nos revelou uma

qualidade essencial do revolucionário: trabalhar no seio dos explorados com férrea disciplina, espírito de sacrifício e vontade de assimilar rigorosamente a teoria marxista como arma da luta diária contra o capitalismo. Apesar de acometido por uma doença incurável da coluna, que lhe impunha dores constantes, reunia suas energias para atuar nos movimentos sociais, participar nos debates políticos e comparecer nas reuniões de célula do POR. Nem as distâncias, nem os rigores da luta de classes e nem sua difícil situação econômica foram razões para lhe impedir a militância.

Lembramos sua incisiva participação na panfletagem do POR na greve da Ford de São Bernardo, momento esse em que os militantes poristas foram agredidos fisicamente pelos burocratas. No outro dia, de madrugada, saía de sua casa e estava conosco para dar continuidade no combate à traição. Recordamos sua presença nos cursos de formação do partido, em que no último pediu a palavra para falar sobre as "Ligas Camponesas" do estado de Pernambuco, sua terra natal. Com exemplos, apontava o perigo da conciliação de classe e a necessidade de uma firme direção revolucionária.

Nosso camarada Auri teve sua vida

cortada por uma moto-niveladora que desgovernada o arrebatou. É uma dessas fatalidades que usualmente se chama de acidente. Entretanto, sabemos que tais "acidentes" nem sempre são acidentes. A moto-niveladora estava em precárias condições de tão velha e seu operador era um ajudante, que, cumprindo as exigências da exploração, substituía o motorista oficial. Na ocorrência, alegou-se motivo técnico para o desgoverno da máquina.

Tudo indica que por detrás do "acidente" estiveram a falta de manutenção, a imperícia do ajudante e o mais importante a irresponsabilidade da firma terceirizada. A população do bairro testemunhou esta situação e responsabilizou a prefeitura e a firma pelo "acidente". Certamente, a denúncia não trará de volta seu Auri, mas é necessária como parte de nossa incansável luta pelo fim da sociedade de classe, sem o que a vida dos trabalhadores continuarão a ser ceifadas diariamente pela ganância dos capitalistas.

O POR presta homenagem ao militante Auri, sente orgulho em tê-lo em nossas fileiras e toda sua militância está convicta de que nosso camarada permanecerá vivo entre nós pela lição que nos deixou de espírito proletário.



# Quem é a JBC, responsável pela morte de Auri

No loteamento de empreiteiras feito pela Pró-Guaru, coube a Construfama o trabalho de construção das galerias de águas pluviais e de esgoto na região de Soberana e arredores, mas esta não tinha equipamentos suficientes para a empreitada e subcontratou a JBC. Como não tinha o capital necessário para entrar na concorrência, nem as qualificações técnicas exigidas, nem apadrinhados políticos teve de se sujeitar a fazer o trabalho e dividir o alto lucro com a Construfama. Para poder conservar o máximo de lucro possível (com a divisão com a Construfama), parte-se para

o corte de verbas de manutenção das máquinas e com a contratação de mão-de-obra inabilitada, não registrada e com um salário de fome. Assim chegamos a uma situação que demonstra toda a podridão do sistema: de um lado a Prefeitura tendo que pagar muito acima do que o necessário, do outro a população pagadora de altíssimos impostos sendo obrigadas a correr todo tipo de riscos e vendo as melhorias sendo feitas com materiais de péssima qualidade. Por sua vez, os trabalhadores destas empresas vivem em condições de misérias correndo também altos riscos de acidentes. As

únicas que saem lucrando são as empreiteiras que embolsam o dinheiro e os corruptos políticos burgueses que fazem as intermediações entre prefeitura e empreiteiras. Enquanto perdurar este sistema assassino e corrupto, veremos fatos trágicos, como o que levou a vida do Companheiro Auri, acontecerem diariamente. Para isto é preciso organizar fortes movimentos de luta que resistam a esta onda de opressão que a cada dia nos sufoca.

Movimento Operário



## Guarulhos

### Começa a se desenvolver um pólo de luta em Guarulhos

#### Comitê de Ação Popular luta por melhor saúde

No dia 10 de junho, uma Comissão de 5 pessoas do Comitê esteve no PA (Serviço de Pronto Atendimento) do Jardim São João e constataram que não havia nenhum médico. No outro dia, a Comissão voltou ao local e o fato se repetiu. A explicação dada foi de que o contrato com os médicos havia vencido.

Vejam o tamanho do descaso que têm as autoridades com a população. Todos os PAs e UBSs (Unidades Básicas de Saúde) estão sem médicos em Guarulhos. Não existe ninguém defendendo a saúde pública. Este sucateamento da saúde pública serve para beneficiar os Barões que vivem ganhando rios de dinheiro com a falta de ética e moral dos dirigentes que se aliam com os pelegos de esquerda que levaram a terceirização do serviço público (da mesma forma que o fizeram na Santa Casa).

Assim serão as pretensas cooperativas e os agentes de saúde na periferia, uma tentativa de colocar alguns trabalhadores desem-

pregados para lavar o caneco da saúde, enquanto o sistema público de saúde desce pelo ralo, assim como a educação, a moradia, o transporte etc.

Enquanto isto a corrupção corre solta no executivo e no legislativo guarulhense.

#### Comitê de Ação Popular inicia luta contra desapropriação

Em sua reunião no dia 1º de agosto, realizada no bairro Haroldo Velozo, o Comitê de Ação Popular iniciou a luta contra a desapropriação dos terrenos ao redor do Aeroporto Internacional de Cumbica.

Objetiva-se desapropriar as casas da região alegando serem indispensáveis para a ampliação do Aeroporto, com a construção de uma terceira pista. Pista esta, pelo que sabemos, será construída dentro do atual perímetro do aeroporto, pois já estava no projeto original. Na verdade, a necessidade da desapropriação na região se deve mais aos altos lucros que seriam gerados se, no lugar de casas, existissem armazéns de cargas das com-

panhias aéreas. Não importa se para isto centenas de famílias, tenham de abandonar tudo por que lutaram durante suas vidas, para saciar o sede de lucro capitalista.

Existe a necessidade que este movimento se amplie que ganhe conotação em toda a cidade e que conte com o apoio efetivo do movimento sindical, estudantil e popular em geral. Sabemos também que deveremos enfrentar a resistência dos capitalistas da região, especialmente os incrustados na corrupta Câmara Municipal.

É necessário se ampliar a organização formando comitês de resistência em cada bairro, em cada rua.

## O Partido e sua Organização

Prosseguimos série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciada no Massas n.º 160

### O Jornal Como Trabalho Coletivo

O trabalho de redação do Jornal está encomendado diretamente a uma equipe de companheiros especializados e politicamente identificados com o programa.

Este é um dos aspectos sobre o trabalho coletivo, mas há algo mais neste aspecto. A elaboração do "Massas" está ligada à atividade organizativa, pois nos colocamos ante a tarefa de orientar a todo o Partido para que modele e elabore o seu periódico.

Não se trata, certamente, de que toda a militância escreva, ainda que as portas estão abertas para todos os que deseja-

rem fazê-lo, com a única condição de que não devem se distanciar da linha partidária e de observarem a elementos de forma e de idioma, a fim de que as notas e artigos sejam compreensíveis.

Não utilizamos, por exemplo, as pretensas formas revolucionárias de redação (como o caso da falta de pontuação), porque temos a pretensão que o leitor comum nos entenda.

O trabalho coletivo tem outras implicações: os operários poristas cumprem a função de correspondentes do jornal no seu próprio local de trabalho (o jornal deve incluir denúncias das fábricas sobre todos os aspectos), são eles os que enviam notícias e tradu-

zem os protestos, denúncias e reclamações de seus companheiros, começando por entregá-lo a sua célula, que atuará como uma verdadeira fonte, onde são redatados. A célula é o lugar onde se elabora coletivamente o Jornal, pois esta tem, entre suas tarefas, a missão de discutir o jornal, assimilar seu conteúdo e criticar abertamente seus erros e deficiências, eis aqui a onde a militância dá resposta a seu jornal e com sua

crítica e com sua colaboração ativa contribui para sua incessante superação. Faz falta que a militância diga constantemente que material deve ser incluído, que seções fixas devem ser criadas, qual deve ser a linguagem empregada etc... Finalmente não se deve duvidar que este é um trabalho coletivo de todos os militantes, assim como o financiamento e a venda do jornal.



## O Jornal Como Organizador

O trabalho de elaboração coletiva do jornal o define como um organizador por excelência, é um eixo que permite pôr em marcha todo o Partido.

O jornal é, sobretudo,

um guia para o militante, dá-lhe critérios e dados para que possa se orientar em todas as situações políticas (por sua vez, o jornal tem a obrigação de se pronunciar prontamente frente a toda novidade política, antes da mudança da situação, por mais pequena que esta seja); por outro lado, é um poderoso instrumento nas mãos da militância para que possa penetrar em todos os setores e ampliar a organização (aumentando a influência política, captando novos simpatizantes e militantes). Para sua devida utilização, é indispensável que o "Massas" seja estudado por todos os poristas, de preferência de forma coletiva, no seio da célula, (a direção da célula, às vezes o Comitê Regional, devem indicar os artigos chaves, cujo conhecimento é imprescindível, a direção tem a obrigação de organizar o estudo e assimilação da propaganda) este conheci-

mento do jornal é também necessário para divulgá-lo, para discutir seu conteúdo com as pessoas que se aproximam.

Na medida em que o Partido amplia sua influência (como resultado do trabalho cotidiano dos militantes, trabalho planejado pela célula), amplia-se também a divulgação do jornal e melhora-se seu conteúdo (os avanços da organização e do trabalho diário se traduzem na ampliação da distribuição do "Massas", ampliação que, com preferência, se deve realizar de forma gradual e progressiva e não mediante a saltos caóticos). Desta forma, o jornal se converte no eixo ao redor da qual se realiza o crescimento da organização partidária.

No próximo número abordaremos as características da propaganda revolucionária.

## Para onde vai a Venezuela?

A eleição para compor a Assembléia Constituinte deu vitória folgada à aliança "Pólo Democrático" do Presidente da República Hugo Chávez Frías. Segundo a avaliação do vencedor, "nasceu a 5a República". Chávez considera que se realiza uma "revolução democrática". Que a Constituinte porá fim à corrupção e dará poderes para resolver a crise venezuelana. Isso porque os velhos partidos social-democrata (AD) e democrata-cristão (Copei) corrompidos foram afastados em favor de uma nova direção estatal.

A oposição (Ação Democrática e Copei), que até fevereiro de 98 era majoritária e oficialista, avalia que Chávez pretende um "Estado Militar".

E uma grande parte dos trabalhadores, que ainda têm ilusão democrática, esperam que a Constituinte e o governo Chávez resolvam o desemprego e a miséria.

De fato, para onde vai a Venezuela?

Lembremos que, em 1992, Chávez liderou um levante militar para depor Carlos Andrés Péres, acusado de corrupção e incapaz de tirar a Venezuela da crise econômico-financeira. O golpe fracassou, apesar da simpatia de uma parcela da população, e o coronel foi preso, sendo anistiado

dois anos depois. Em 1993, o líder da social-democracia, Andrés Péres, foi destituído da Presidência e preso por corrupção.

Chávez, de golpista, alcança a Presidência com 75% dos votos válidos. A ascensão de um obscuro militar expôs a tremenda decadência dos velhos partidos responsáveis pela famosa estabilidade democrática venezuelana. Democracia essa tão elogiada pela social-democracia européia da II Internacional, no período em que a América Latina estava empestada de ditaduras militares. A Venezuela pôde ostentar o funcionamento parlamentar, neste quadro de reação gorila, devido às vantagens petrolíferas. Mas assim que o petróleo deixou de financiar a tal da democracia, todos os males de um país semicolonial, atrasado e submetido ao imperialismo vieram à luz do dia.

Em 1989, no início de seu segundo mandato, Andrés Péres teve seu governo contestado pelas massas nas ruas, depois de lançar um pacote de medidas antinacionais e antipopulares. Enfrentou-as com as tropas e só conseguiu controlar a revolta popular com um banho de sangue. A social-democracia mostrou bem que a tal da democracia venezuelana nunca deixou de ser a máscara da ditadura de classe da burguesia contra operários e camponeses. E que a "estabilidade" não passou de uma circunstância, que certamente não mais voltará.

A tremenda corrupção do governo assassino da social-democracia, que favoreceu a insubordinação do coronel Chávez e seus asseclas, acabou por indicar o desmoronamento da burguesia venezuelana. A retórica populista e reformista de Chávez não expressa senão a decomposição da classe burguesa, incapaz de livrar o país do saque imperialista, de desenvolver as forças produtivas, resolver o problema da terra, da opressão sobre as nações índias e erradicar a miséria das massas.

A acusação da AD social-democrata e Copei cristão de que Hugo Chávez pretende militarizar o Estado e usar a Constituinte para dar um golpe não passa de

hipocrisia democratizante. Chávez e seu militarismo populista são crias bastardas da social-democracia, que jogou o país nos braços do imperialismo e esmagou o levante das massas para proteger a burguesia esbanjadora e decadente.

A Venezuela caminha para uma crise ainda mais convulsiva. As massas elegeram os partidários do "Pólo Democrático" na esperança de que o desemprego (quase 12% da força de trabalho) crescente e a tremenda perda salarial sejam afastados. Também acreditaram na retórica nacionalista de soberania etc. Mas tudo isso não passa de promessas eleitorais.

O governo Chávez está fadado a aplicar a política econômica do imperialismo. Terá de atacar ainda mais fundo a vida das massas. Eis por que a militarização da política venezuelana é apenas um sintoma da desagregação do capitalismo atrasado (semicolonial). A esquerda e a burocracia sindical que se arrastam por detrás de Hugo Chávez não fazem outra coisa senão colaborar com a burguesia venezuelana no sentido de retardar o confronto aberto entre o Estado e a maioria explorada do país.

O fato de 52,9% dos eleitores (num total de quase 11 milhões) se absterem é também uma amostra do desconhecimento dos explorados em relação ao governo populista. A experiência dos que apoiaram o Pólo Democrático, tudo indica, será contundente, pois a Constituinte será rapidamente desmascarada como instrumento a serviço da burguesia.

A ausência do Partido Operário Revolucionário, ou seja, do partido voltado à revolução proletária é o grande problema. Logo mais as massas poderão abrir um confronto contra o embuste burguês da "revolução democrática pacífica", mas não terá como vencer, caso não construa o partido. A vanguarda venezuelana tem em suas mãos a tarefa de combater as manobras de Chávez e da oposição social-democrata, lançando-se a construir o partido revolucionário.

# Unidade operário-camponesa para expulsar o imperialismo e varrer com a burocracia restauracionista

Sob o pretexto da defesa dos albaneses étnicos, deu-se a ocupação militar de Kosovo pelas tropas imperialistas da OTAN, apoiadas pelas da Rússia. Trata-se de uma derrota internacional das massas, e de uma vitória do imperialismo. Agora, os Estados Unidos instalam um importante ponto de apoio para ampliar sua influência na região e, com ela, o controle sobre os preços das matérias-primas mundiais. Os albaneses étnicos continuam sem o direito à autodeterminação, sob as botas dos militares da OTAN. A burocracia iugoslava se mantém no poder e aplica a linha de restauração capitalista. E a OTAN imperialista se fortaleceu, ao ponto de se apresentar como polícia internacional.

### Guerra civil x guerra imperialista

A opressão dos sérvios sobre as outras nacionalidades da região ocorre há décadas. A unidade sob o titoísmo era preservada com grande repressão da ditadura burocrática. A desagregação da casta parasitária abriu caminho para a divisão do Estado. O processo de restauração capitalista impõe um rebaixamento violento das condições de vida das massas. A ausência de um partido revolucionário organizado abre caminho para que as lideranças nacionalistas de todo tipo se coloquem à cabeça dos movimentos. O imperialismo joga com as divisões entre os bandos burocráticos para se beneficiar e acelerar sua penetração. Já vimos isso antes, no caso da Guerra da Bósnia.

A opressão nacional está ligada às origens da sociedade de classes. Os primeiros estados escravistas se construíram a partir do domínio de tribos sobre outras. Os modos de produção seguintes (feudalismo, capitalismo) preservaram a opressão de uma nação sobre a outra, de formas diferentes. Sob o capitalismo - em sua fase mais avançada e decadente, o imperialismo -, a opressão nacional é uma condição para a preservação do modo de produção vigente. Ela se dá de modo cínico e obscurecido, pois a maioria das nações adquiriu a condição formal de independência, mas jamais a soberania política e econômica. Um restritíssimo grupo de países desenvolvidos mantém centenas de nações sob opressão e pobreza. E aí daquela que ousar se levantar contra o domínio desses senhores modernos,

será castigada duramente.

O marxismo, ciência do proletariado, percebeu a ligação indissolúvel entre a opressão nacional e a opressão de classe. O modo de produção capitalista se esgota e será superado pelo socialista, que será o primeiro passo para a extinção das classes sociais e divisão entre os países, levando ao comunismo superior, sem classes e sem fronteiras nacionais. Por isso, o direito à autodeterminação dos povos é parte do programa marxista desde o Manifesto Comunista.

Os conflitos das nacionalidades por sua autodeterminação são parte das contradições do capitalismo na sua fase imperialista. Os países capitalistas desenvolvidos alcançaram a autodeterminação como condição para o desenvolvimento do capitalismo dentro de suas fronteiras. Terminada a partilha do mundo em áreas de influência, estabeleceram relações de dominação sobre as colônias e semicolônias em todo o mundo, de acordo com suas necessidades econômicas. Dessa forma, agruparam nações distintas sob as mesmas fronteiras nacionais (exemplo: Bolívia), e dividiram outras em vários países (exemplo: Curdistão).

Assim, a luta das nacionalidades pela autodeterminação, uma reivindicação democrática (burguesa), torna-se uma bandeira que se choca com a opressão imperialista. As burguesias nacionais dos países atrasados formaram-se a partir da penetração do capital estrangeiro, e, portanto, vinculada ao imperialismo. Não são capazes de defender a bandeira da autodeterminação às últimas consequências, porque implicaria numa ruptura com o imperialismo. Essa bandeira passa às mãos do proletariado, que tem de encabeçar a nação oprimida na luta antiimperialista, que se torna necessariamente anticapitalista, conduzindo à revolução social. Esta é uma das teses da Teoria da Revolução Permanente, criada por Marx e Engels, desenvolvida e aplicada por Lênin e sintetizada por Trotsky.

Dessa forma, quando há um conflito pela autodeterminação, o marxismo se coloca na defesa do direito à separação. Isso apesar da separação se colocar como um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, que no socialismo avançarão centralizadas e planificadas. Defender o direito à separação não

é defender a separação.

O capitalismo criou a classe operária, que não tem interesses nacionais enquanto classe. O imperialismo constituiu uma burguesia internacional, que projeta a opressão social sobre os outros países. Por isso, o posicionamento de classe diante de qualquer opressão ou ataque imperialista sobre qualquer nacionalidade é a defesa do país atrasado contra o imperialista. Frente única entre os operários de todos os países contra a burguesia internacional.

A autodeterminação plena não é possível sob o capitalismo. No entanto, a luta das massas por ela pode levar à revolução proletária. Por isso, diante de um conflito entre nacionalidades, cabe a defesa do direito de separação de uma contra a opressão da outra. Mas os marxistas fazem sempre a ligação entre a autodeterminação e a revolução proletária. Ou seja, que a autodeterminação depende dos oprimidos tomarem o poder sob a direção do proletariado revolucionário.

Na Iugoslávia, antes da intervenção imperialista, havia uma guerra civil em marcha, entre os sérvios e os albaneses de Kosovo. O imperialismo se apoiou no ELK (Exército de Libertação de Kosovo) para impor um tratado de paz inaceitável aos sérvios, criando o pretexto para o bombardeio e invasão. A ação do imperialismo na região mudou o caráter do conflito, que passou de guerra civil a guerra imperialista.

Internacional





## Qual a posição dos marxistas?

A mudança do caráter da guerra colocou na ordem do dia a defesa da Iugoslávia atacada contra o imperialismo. A defesa da autodeterminação nessas circunstâncias é a defesa do direito das nações da região resolverem seus conflitos sem a ingerência externa. A presença do imperialismo é a garantia da preservação da opressão nacional. Qualquer porém que se coloque nessa situação em relação à Iugoslávia enfraquece a luta antiimperialista.

A expulsão do imperialismo depende da unidade entre os operários e camponeses iugoslavos e seu armamento. Somente as massas mobilizadas e armadas poderão en-

frentar o imperialismo.

A burocracia restauracionista do capitalismo se recusou a todo momento a fazê-lo. Agiu no sentido de negociar a derrota. Apelou à Rússia para que fizesse um contraponto às pressões norte-americanas, o que se constituiu na prática numa frente pela partilha de Kosovo e preservação da burocracia no poder. A atitude da burocracia filoestalinista provou mais uma vez que se constitui numa casta contra-revolucionária.

A defesa da Iugoslávia contra a agressão imperialista colocará as massas em movimento. Em meio a esse processo de conquista de sua autodeterminação, se colocará a necessidade de derrubada da burocracia restauracionista. A luta antiimperialista só poderá ser consequente se estiver baseada no armamento da população operária e camponesa e isso apontará necessariamente para a revolução política.

O imperialismo tem pressionado pela saída de Milosevic do governo. Qual a intenção ianque? Substituir o desgastado Milosevic por outro burocrata que estará à cabeça do mesmo processo restauracionista, sob o tacão do imperialismo. O capitalismo internacional impulsiona a ação de partidos e correntes pró-capitalistas na Iugoslávia com esse propósito. Chantageia com a chamada "ajuda econômica". Procura iludir as massas com a tese de que a substituição de Milosevic resolverá os problemas mais sentidos pela população de todas as etnias da região.

Contra a ingerência imperialista, denunciamos que esses partidos que pedem a saída de Milosevic se negam a reivindicar a saída do imperialismo da região. O destino de Milosevic tem de ser decidido pelas massas iugoslavas, não pelo imperialismo. Organizadas e armadas, as massas iugoslavas serão capazes de expulsar o imperialismo e varrer com toda a burocracia, inclusive Milosevic.

Internacional

## Reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (Cerqui), de julho de 1999

### RESOLUÇÕES: A crise capitalista

Como conseqüência da aguda crise econômica mundial, o capitalismo atingiu sua etapa de desagregação, a sociedade está sendo empurrada para a barbárie, já estamos nela. Esta não é uma particularidade latino-americana e sim um traço comum de todo o mundo.

Isso explica que esteja colocada como necessidade histórica a realização imediata da revolução proletária. Se esta não se produz, a sociedade pode acabar na desintegração, no aniquilamento físico do homem. É absurdo colocar como resposta receitas democratizantes, colaboracionistas ou reformistas, tão comuns ao estalinismo, movimentos democráticos, nacionalistas, assim como alguns aventureiros e traficantes que tão temerariamente se autoproclamam trotskistas.

### Frente a ameaça de intervenção militar na Colômbia

Rechamos por princípio a intervenção armada, diplomática, econômica do imperialismo sobre a Colômbia ou qualquer outro país com qualquer pretexto. Colocamos em primeiro plano o respeito à autodeterminação nacional. A ONU, OEA etc. são verdadeiras covas de bandidos.

Nós reivindicamos como válido o método das guerrilhas protagonizadas pelo povo, mas não o foquismo, por ser contrário à política do proletariado, classe social que libertará a humanidade da exploração capitalista.

### Internacionalismo Proletário

Elaboramos o Internacionalismo Proletário pela natureza da classe operária, que é uma só, que vive e atua por cima das fronteiras nacionais, sendo chamada a libertar a humanidade da escravidão capitalista. Na realidade, é criatura da economia capitalista mundial, essa unidade superior.

Por isso mesmo, a essência do marxismo-leninismo-trotskista (Quarta Internacional) é a revolução proletária internacional.

### O problema nacional na América Latina

Como quartainternacionalistas, lutamos nos países atrasados e, entre eles, os latinoamericanos, pela autodeterminação das nações subjugadas, pela recuperação de toda a terra que tem sido usurpada pelo estado opressor, igreja, empresas capitalistas, pela estruturação de estados soberanos dessas nacionalidades.

Na América Latina, nosso objetivo central é a construção dos Estados Unidos Socialistas, que será produto da revolução proletária. Para nós, essa é a unidade continental e não qualquer outra, que com persistência estão repetindo os serventes do imperialismo e as transnacionais.

### Nossa atuação frente ao tema eleitoral

Levamos em conta que o esgotamento das ilusões democráticas se opera de maneira desigual nos diferentes países. Na Bolívia, estão totalmente esgotadas, o que é um elemento positivo para o avanço do processo revolucionário, enquanto em outros países como Argentina, Brasil etc. ainda persistem como fator distracionista das lutas das massas.

### Trabalho clandestino

Em nosso trabalho cotidiano, e isso em todas as latitudes, as seções nacionais do Comitê de Enlace estruturam, isto em todas as situações políticas, aparatos legais e clandestinos, isso porque consideramos como garantia da vitória da revolução o caminho insurrecional e não o parlamentar.

### Rechamar a invasão imperialista

Para o caso da Iugoslávia ou qualquer outro caso, recordamos que o dever primordial é rechamar a invasão imperialista, o que não supõe apoiar a tal o qual governo estranho à ditadura do proletariado, tendo em conta que nosso objetivo central é realizar a revolução proletária.

